

QUO VADIS, ECCLESIA?

DISCERNIMENTOS SOBRE O RUMO DA IGREJA NO BRASIL
A PARTIR DAS DIRETRIZES GERAIS DA CNBB
(2011-2015)

Paulo Sues*

* Professor do
programa de pós no
ITESP.

Síntese:

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, aprovadas na 49ª Assembleia dos Bispos do Brasil, representam o mapa pastoral da CNBB para os próximos quatro anos. No núcleo central dessas Diretrizes estão cinco *urgências na ação evangelizadora* e não *desafios*, como em documentos anteriores. Urgências apontam para o ritmo e não para o rumo da pastoral. Mas, os desafios não estão ausentes. Às vezes, as próprias urgências podem ser confundidas com desafios. O maior desafio, segundo as Diretrizes, é a mudança de época, o que não é novo nem operacional. As Diretrizes de três décadas atrás foram mais claras quando consideravam seu Objetivo geral *Evangelizar a sociedade brasileira em transformação a partir da opção pelos pobres* (1979). *Aonde vais, Igreja* é a pergunta que o A., ao longo deste artigo, procura responder. Ele encontra uma resposta em palavras-chave escondidas nas entrelinhas das Diretrizes: profecia, alteridade, gratuidade, encarnação, fidelidade.

Palavras-chave: Igreja no Brasil; Diretrizes eclesiais;

Abstract:

The 49th Brazilian Bishops Assembly voted for the Brazilian General Church Directives *Evangelizing Action*; here one finds the Brazilian Bishops Conference pastoral

map for the next four years. The central core of these directives is the five *urgencies* of the evangelizing action and not anymore *challenges* as one could find in the previous Brazilian Church documents. *Urgencies* have in mind more a kind of pastoral rhythm and not so much the pastoral aims. But even so, challenges are not absent and sometimes urgencies are challenges as well. The biggest challenge as Directives see it is the *epochal shift* (this is not new and not even operational). Thirty years ago Directives were clearer when they had in mind the General aim of the *Evangelization of the Brazilian society under transformation from the option for the poor* (1979). *Aonde vais, Igreja?* (Where are you going, Church?) is one's question rising out from this document and this essay is one of the answer. Some key-words behind the text of the Directives could be also a kind of answer as well: prophecy, alterity (otherness), gratuitousness, incarnation, fidelity.

Key words: Brazilian Church; Ecclesiastic Directives.

No início da Via Appia Antica, na saída de Roma e perto das Catacumbas de São Calisto, se encontra a pequena igreja *Quo vadis, Domine* (Aonde vais, Senhor?). Ela lembra a lenda de uma fuga e a história de uma perseguição. Segundo a lenda, o apóstolo Pedro teria fugido das perseguições do imperador Nero (54-68) e se encontrou, na altura da Quo vadis-Domine, com Jesus ressuscitado. À pergunta de Pedro *Aonde vais, Senhor?* Jesus teria respondido *vou a Roma para ser novamente crucificado*. O reencontro com Jesus - assim a lenda - interrompeu a fuga do apóstolo e o lembrou de sua missão de anunciar Cristo crucificado e ressuscitado (cf. 1Cor 1,23).¹

Num momento conturbado, em que um exagerado valor estético atribuído a corpos, vestimentas litúrgicas e cerimônias vai de mãos dadas com certa superficialidade espiritual e cansaço social, o encolhimento numérico e o afrouxamento do espírito de pertença à Igreja Católica apontam para diferentes dimensões de fuga, de medo e autoafirmação narcísica. Nesse exato momento, em suas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2011-2015* (DGAE 2011),² a CNBB procurou responder à pergunta: *Quo vadis, ecclesia* (aonde vais, Igreja), através de um *estamos indo por aí!*³

¹ O autor agradece à REB (outubro 2011) de ceder o texto para a republicação.

² <http://www.cnbb.org.br/diretrizes/>

³ As DGAE 2011-2015 foram aprovadas no dia 9/5/2011 pela 49ª Assembleia Geral da CNBB, em Aparecida-SP.

Por vários motivos, a vida da Igreja se reflete apenas parcialmente nessas Diretrizes que não representam um texto elaborado ou votado pelo povo de Deus, mas pelo episcopado, cuja legitimidade não se baseia na eleição pelos fieis, mas, numa espécie de monarquia patriarcal, por *escolha superior*. Em geral, os fieis não têm oportunidade de contribuir na elaboração de tais Diretrizes. Daí, a dificuldade de sua execução. A distância entre o povo de Deus e suas instâncias decisórias é um problema estrutural da Igreja Católica que aqui não está em debate. O título do documento, portanto, seria mais apropriado se fosse: *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora propostas pelos Bispos no Brasil*. No dia a dia das comunidades, paróquias e dioceses, há sempre mais vida do que aparece nas diretrizes episcopais. Essas parecem condenadas a projetar o filme colorido das bases eclesiais em preto e branco, resumidamente legendado.

1. DO OBJETIVO GERAL

Num texto inédito de 1991, D. Erwin Kräutler, Bispo do Xingu/PA, perscrutou os objetivos e planos de pastoral da CNBB, até então apresentados, e chegou à conclusão de que, sob a inspiração de Puebla (1979), *o objetivo proposto para 1979-1982 é a base de todos os objetivos escolhidos e aprovados em Assembleias posteriores*.⁴ As Diretrizes de 1979 se inspiraram nas Conclusões de Puebla (1979) e na Exortação Apostólica *Evangelii nuntiandi* (1974), de Paulo VI. Assim havia uma concatenação entre Igreja local (Brasil), latino-americana (Puebla) e universal (EN). Também essa articulação entre as três instâncias permanece até hoje. Nas Diretrizes de 2011, o Documento de Aparecida e a Exortação Apostólica *Verbum Domini*, de Bento XVI, são amplamente respaldados. A assunção do *mais profundo espírito do Concílio Vaticano II* (139), por ocasião do cinquentenário do Concílio Vaticano II, que as DGAE 2011 mencionam e prometem, ficou apenas documentada como um lembrete para os próximos anos, sem aprofundamento.⁵ Parece que *a batalha naval na escuridão de uma tempestade*, com que São Basílio descreve a recepção do Concílio de Niceia (325) e que Bento XVI, em seu discurso programático à Cúria Romana, de 22 de dezembro de 2005, cita para caracterizar o tempo pós-conciliar, ainda está por vir.⁶

Para nossa reflexão sobre *caminhar histórico e direção contemporânea* da Igreja no Brasil pode ser fecundo compa-

⁴ Cf. DGAE 2011, n. 133, onde se encontra um histórico sucinto das Diretrizes.

⁵ Cf. DGAE 2011, n. 3, 5, 18, 74s, 129b, 130c, 133, 139.

⁶ Um *grito rouco* (São Basílio) de discórdia está vindo de Roma. Como se pode ler nas Atas de um Congresso de Estudos realizado em Roma no final de 2010, com a presença dos Cardeais Velasio de Paolis e Walter Brandmüller, com o propósito de uma *justa hermenêutica à luz da tradição da Igreja*, o Congresso não coloca mais este ou aquele teólogo no banco dos réus, mas o próprio Vaticano II. Cf. VVAA, *O Vaticano II: um concílio pastoral. Análise histórica, filosófica e teológica*. Atas do Congresso de Estudos, Roma, 16 a 18 de dezembro 2010; B. GHERARDINI, *O Concílio Vaticano II: Um debate a ser aberto?*, 2009; São BASÍLIO, *De Spiritu Sancto*, XXX, 77; PG 32, 213 A.

rar o objetivo da XVII Assembleia Geral da CNBB, de abril de 1979, com os objetivos das DGAE de 2008 e de 2011. Se colocarmos o novo objetivo geral da Assembleia da CNBB de 2011 ao lado do objetivo de 2008 e compararmos ambos com o de 1979, temos uma informação *objetiva* sobre mudanças *significativas e continuidades a longo e curto prazo*. Nos objetivos de 2008 e 2011, com ênfase no discipulado missionário, percebe-se a influência de novos setores e movimentos. Estes, nos últimos anos, ganharam força na Igreja, influenciaram fortemente o evento de Aparecida (2007) e se sintonizaram mais com o discurso universal, genericamente romano, do que com os contextos geográficos, onde deveriam estar enraizados:

1979	2008	2011
<p>Evangelizar a sociedade brasileira em transformação, a partir da opção pelos pobres, pela libertação integral do homem, numa crescente participação e comunhão, visando à construção de uma sociedade fraterna, anunciando assim o Reino definitivo.</p>	<p>Evangelizar, a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, para que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10).</p>	<p>Evangelizar A partir de Jesus Cristo na força do Espírito Santo, como Igreja discipula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida (Jo 10, 10), rumo ao Reino definitivo</p>

A continuidade verbal das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) está na própria evangelização, na opção pelos pobres e no anúncio do Reino de Deus. A palavra *vida* que, no Evangelho de São João, é uma explicitação da palavra *Reino*, está presente em todos os documentos. O objetivo geral tem a função de um prefixo musical de uma emissora de rádio. Reconhece-se nele a frequência com a qual estamos sintonizados, mas nem sempre teremos um resumo do conteúdo subsequente. A *Igreja profética*, por exemplo, do objetivo geral das DGAE 2011, não aparece nenhuma vez no próprio texto das Diretrizes.

As mudanças significativas que se percebem nos objetivos gerais de 2011 se encontram em seu cunho nitidamente in-

trovertido. A Igreja das Diretrizes gira em torno de si mesma e perdeu, aparentemente, o horizonte da *libertação integral do homem* (1979) e da *construção de uma sociedade justa e solidária* (2008) discutido em outros tempos. As palavras-chave, na ordem das Diretrizes de 2011 são: evangelizar, Jesus Cristo, Espírito Santo, Igreja discípula, missionária e profética (sem respaldo significativo no próprio texto das Diretrizes), Palavra de Deus, Eucaristia, (finalmente!) a opção preferencial pelos pobres, vida e Reino.

Ao falar com alguns bispos nos bastidores da CNBB, pode-se observar que há uma divergência sobre o ponto de partida para a evangelização: evangelizar *a partir da opção pelos pobres* (1979) ou evangelizar *a partir de Jesus Cristo* (2011) que é, segundo um grupo considerável do episcopado brasileiro, uma tautologia. Esse setor, no entanto, perdeu força e vontade para disputar questões, supostamente, metodológicas.

Podemos radicalizar a questão disputada da evangelização *a partir de* para perceber o mal-entendido: evangelizar a partir da realidade social ou da revelação e doutrina? O *a partir de* pode apontar para um ponto de partida sociogeográfico (*a partir do lugar dos pobres, a partir da opção preferencial pelos pobres*) ou para uma fonte doutrinal (*a partir de Jesus Cristo, a partir da doutrina social da Igreja*). Não devemos confundir *lugar* com *fonte*. Assim se torna mais fácil compreender que, para definir o uso da fonte doutrinal, é preciso antes dizer a partir de que lugar sociogeográfico se faz uso daquela fonte. A fonte é um instrumento a serviço da causa dos pobres. O inverso não vale. Os pobres não são um instrumento a serviço da fonte doutrinal. Poder-se-ia objetar que Jesus Cristo não é uma fonte doutrinal, mas uma pessoa. Novamente estaríamos em dois níveis diferentes e não podemos confundir o lugar social do pobre ou do outro com o lugar que Jesus tem na fé. Uma solução atenuante se oferece através da aproximação de Jesus da fé aos pobres históricos, portanto, da *fonte ao lugar*. O objetivo geral das DGAE 2011 aponta para essa discussão de fundo, que é uma discussão semântica e metodológica. Semântica é essa discussão, porque procura esclarecer o conceito de realidade; é metodológica, porque versa sobre a aceitação da metodologia do ver, julgar, agir, e da precedência do *lugar social* ante a *fonte doutrinal*.

2. DA REALIDADE

Na 5ª Conferência, em Aparecida (2007), o papa Bento XVI assumiu essa questão e tranquilizou o ambiente, dando,

aparentemente, razão a gregos e troianos. Deve-se, antes de tudo, saber que a metodologia do ver, julgar, agir não é uma invenção da Teologia da Libertação. Trata-se de uma herança que Joseph Cardijn (1882-1967) impregnou nas análises da Juventude Operária Católica (JOC), da Bélgica. Ela já foi, quase uma década antes do nascimento de uma teologia latino-americana própria, assumida pelo magistério. O papa João XXIII, em sua Carta Encíclica *Mater et Magistra*, de 1961, escreveu:

Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes; exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática [...]. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: *ver, julgar e agir* (236).

O papa Bento XVI, em Aparecida, não teve mais a possibilidade de rejeitar a metodologia do ver, julgar, agir, anteriormente assumida por João XXIII. Por conseguinte, deu luz verde à metodologia latino-americana, introduzindo alguns acréscimos significativos, por alguns considerados indispensáveis, por outros, problemáticos, mas contornáveis.

A análise da realidade, em documentos eclesiais latino-americanos, está muito ligada ao lugar da *opção preferencial pelos pobres*. No objetivo geral das DGAE 2011, a opção preferencial pelos pobres está no último lugar possível e seu conteúdo fica aquém da proposta de Aparecida que deu um novo peso a essa opção explicando o significado do *preferencial: Que seja preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais*.⁷ Sem ganhar força, essa interpretação é, formalmente, citada no texto das DGAE (69). Aparecida lembra também que não somos juízes entre as partes, mas partidários. Somos advogados da justiça e, por conseguinte, defensores dos pobres.⁸

A opção pelos pobres e pelos *outros* nos coloca em meio a conflitos centrais da humanidade, conflitos que exigem discernimentos e *análise da realidade*. Discernir quer dizer distinguir entre diferentes níveis e enfoques dessa realidade. Nas Diretrizes de 2011, essa realidade é descrita com certo pessimismo unilateral. As *marcas de nosso tempo* (capítulo II), segundo as Diretrizes, são transformações profundas. Em tempos desnordeadores (20) perdemos valores, referen-

⁷ Cf. *Documento de Aparecida*. São Paulo: CNBB/Paulus/Paulinas, 2007, n. 396.

⁸ Cf. *Documento de Aparecida*, op. cit., n. 395.

ciais e critérios. Tudo isso produz: relativismo, fundamentalismo, laicismo militante contra a Igreja, irracionalidade midiática, amoralismo generalizado (20). A ladainha das perdas é sem fim. Somos dominados por leis do mercado, lucro, bens materiais, hedonismo, sucesso pessoal, individualismo. *Dessa forma, ficam comprometidos o equilíbrio entre os povos e nações, a preservação da natureza, o acesso à terra para trabalho e renda [...] (21).* As Diretrizes acrescentam ainda outras *marcas de nosso tempo*: corrupção, violência, narcotráfico, emocionalismo, sentimentalismo, utilitarismo (21 e 22). Contra tudo isso, o discípulo missionário deveria responder *segundo o espírito das bem-aventuranças (21)* e *anunciar os valores do Evangelho do Reino (17)*. Faltam, nessa descrição de nosso tempo, os aspectos positivos.

O tópico dos *sinais dos tempos*, as Diretrizes mencionam duas vezes nas (24, 140), quase como um remédio sem bula.

Quais são esses sinais dos tempos? Qual é seu significado? São apenas *desafios genéricos (140)*? De fato, a Igreja das Diretrizes não soube nomear os sinais do tempo de hoje. Preocupações internas dificultam a percepção daquilo que Deus nos quer dizer através do mundo. Essa incapacidade de ver Deus atuar fora da Igreja nos faz lembrar a gigantesca coragem de João XXIII que, em sua Carta Encíclica *Pacem in Terris (1963)*, soube ler os *fenômenos [que] caracterizam a nossa época como sinais dos tempos*: a emancipação da classe operária, das mulheres e dos países colonizados,⁹ o reconhecimento crescente dos *laços comuns da natureza* que unem a humanidade,¹⁰ e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.¹¹ João XXIII deu a entender que Deus não só fala pela Escritura e pela tradição, mas também através de eventos e tendências de cada época, assumindo a história como lugar teológico na tradição do dominicano Melchior Cano (1509-1560). O Vaticano II o seguiu nesta senda.

Na análise da realidade feita pela teologia latino-americana, Deus não foi postergado para um segundo plano nem colocado entre parêntese. Pelo contrário. Deus presente nos pobres é o pressuposto místico e real dessa análise. A causa dos pobres está estreitamente entrelaçada com a questão da ortodoxia e da verdade. Está em pecado aquele que é indiferente à exploração dos pobres. Neles, a Igreja reconhece *a imagem de seu Fundador pobre e sofredor*.¹² No cristianismo, a pobreza do próprio Deus tem muitos nomes: despojamento, encarnação, cruz e eucaristia. *A pobreza – disse certa vez o atual papa – é a verdadeira aparição divina da verdade, a pobreza reconhecida em novos rostos de pobres e novos excluídos*.¹³

⁹ Cf. João XXIII, *Pacem in Terris*. São Paulo: Paulinas, 2004[1963], n. 39ss.

¹⁰ Idem, nn. 126-129.

¹¹ Idem, n. 142ss.

¹² Cf. *Lumen Gentium: Compêndio do Vaticano INDI-VÍDUO*. Petrópolis: Vozes, 2000 [1968], n. 8c.

¹³ Cf. *Documento de Aparecida*, op. cit., nn 402, 207.

¹⁴ Cf. *Documento de Aparecida*, op. cit., nn 148, 392, 405, 505 (O *Discurso inaugural* encontra-se nas páginas 267ss).

Em seu Discurso Inaugural (DI) da Conferência de Aparecida, Bento XVI sublinhou a base cristológica da opção pelos pobres. Repetidas vezes o Documento de Aparecida cita essa parte do DI.¹⁴ A articulação cristológica e, em sua consequência, trinitária da opção pelos pobres faz dessa opção, e de seus desdobramentos concretos, não só imperativos pastorais irrevogáveis, mas premissa da teologia latino-americana e de sua análise da realidade. Isso nos permite escutar as perguntas de Bento XVI sobre a realidade em geral, a partir da nossa realidade latino-americana e caribenha: *O que é esta realidade? O que é o real? São realidade só os bens materiais, os problemas sociais, econômicos e políticos?* Os sistemas marxista e capitalista *falsificam o conceito de realidade com a amputação da realidade fundante, e por isso decisiva, que é Deus*. E o papa continua: *Só quem reconhece Deus, conhece a realidade e pode responder a ela de modo adequado e realmente humano*. Pelo bem da verdade, temos de acrescentar que não só sistemas ateístas, mas também religiões e, inclusive, o cristianismo, podem responder inadequada e inumanamente aos reclamos da realidade. Também o cristianismo é capaz de prescrever receitas destrutivas. Alimentar intolerância agressiva não é necessariamente uma prerrogativa de ateus e infiéis.

Mas voltemos às perguntas do papa em seu Discurso Inaugural:

*Quem conhece Deus? [...] Para o cristão, o núcleo da resposta é simples: Só Deus conhece Deus, só seu Filho, que é Deus de Deus, Deus verdadeiro, o conhece. [...] Daí a importância única e insubstituível de Cristo para nós, para a humanidade. Se não conhecemos Deus em Cristo e com Cristo, toda a realidade se converte em um enigma indecifrável; não há caminho e ao não haver caminho, não há vida nem verdade.*¹⁵

¹⁵ Cf. *Documento de Aparecida*, op. cit., p. 271.

Num primeiro momento temos de admitir que, nessa visão da realidade, se trata de uma mescla de dois níveis de realidade, a teológica sobreposta à sociológica. Entretanto, é possível, numa teologia contextual, articular os fatos concretos da vida com os mistérios da encarnação, da cruz e da ressurreição de Jesus de Nazaré. A articulação desses dois níveis da realidade haveria de acontecer nos termos bíblicos de Mt 25,31-46 (*O julgamento das nações*) e cristológicos de Calcedônia, sem confusão (*inconfuse*) e sem separação (*in-*

divise). O Cristo da fé assumiu a cruz como Jesus histórico e essa cruz nos protege *da fuga para o intimismo*, como disse o papa, e de interpretações ideológicas da realidade. A análise da realidade com a premissa da opção pelos pobres, que significa *ver Deus nos rostos dos pobres*, não permite o abandono da realidade sociológica nem a sua redução aos grandes problemas econômicos, sociais e políticos. Mas, igualmente, não permite voltar a um Credo desencarnado ou a um Pai-Nosso sem pensar o *pão-nosso* de toda a humanidade, como prefixo espiritual de uma análise da realidade pertinente.

O prefixo cristológico em documentos oficiais recentes da Igreja, quase paralelo à realidade das vítimas dos sistemas e dos crucificados da história, se torna repetitivo, cansativo e, por conseguinte, desperta pouco interesse em nossas paróquias e no povo de Deus em geral. Esse povo de Deus que, provavelmente, não se reconhece nas Diretrizes, ama Jesus e se reconhece, sobretudo, nesse Jesus crucificado. A Igreja precisa reaproximar-se aos crucificados na história e profeticamente resistir às teologias da prosperidade, promovidas por curandeiros, milagreiros e cantores terapêuticos. Desde a 5ª Conferência, em Aparecida, observa-se em documentos oficiais da Igreja uma reflexão escassa, acanhada e pobre sobre Jesus crucificado. Nos DGAE 2011, a cruz aparece duas vezes (5, 69), e apenas uma vez essas Diretrizes falam do martírio (3).

3. DA ESTRUTURA

Nas DGAE 2011, a CNBB propõe como sujeito da evangelização uma *Igreja discípula, missionária e profética*. Missionária e profética? Podemos separar a profecia da missionariedade ou deveríamos transformar a Igreja em discípula missionária profética? A opção preferencial pelos pobres permite pensar numa missão não profética? Faz seis anos que a 43ª Assembleia Geral da CNBB (2005) teve como tema central a *Evangelização e missão profética da Igreja: novos desafios*. Três foram os desafios então destacados: o pluralismo cultural e religioso, a exclusão social persistente no Brasil e as questões éticas decorrentes das novas biotecnologias.

Em vez de assumir os desafios do mundo moderno à Igreja, a 49ª Assembleia Geral, de 2011, considerou sumariamente *a mudança de época como maior desafio* (27). O tópico da *mudança de época* se faz presente há, pelo menos, dez anos em documentos eclesiais. Ao desafio de *Medellín (1968)*, as Diretrizes parecem responder com a reedição de um novo *Pla-*

¹⁶ Cf. *Documento de Aparecida*, op. cit., n. 148.

no de *Emergência* (1962). Aparecida ainda falou da *realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo*.¹⁶ Na estrutura das DGAE 2011 não somos mais confrontados com desafios do mundo, mas com cinco urgências da Igreja na ação evangelizadora, *urgências que representam escolhas caseiras e reparos institucionais dos estragos que a mudança de época causa às Igrejas (capítulo III)*. Eis as cinco urgências que no IV capítulo das Diretrizes se tornam cinco *perspectivas de ação*:

- (1) Igreja em estado permanente de missão;
- (2) Igreja: casa de iniciação à vida cristã;
- (3) Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral;
- (4) Igreja: comunidade de comunidades;
- (5) Igreja a serviço da vida plena para todos.

Como a *opção preferencial pelos pobres* no Objetivo geral, também a verdadeira razão de ser da Igreja, o serviço à vida plena para todos, se encontra em último lugar nas perspectivas de ação. O que é realmente urgente na Igreja? Urgente é o grito dos pobres, a dor dos excluídos, a cruz dos injustiçados! O resto são tarefas permanentes (estado permanente de missão, iniciação à vida cristã, animação bíblica, construção de comunidades). Com as urgências, os autores das DGAE não conseguem, como é a sua intenção, *ultrapassar uma pastoral de mera conservação ou manutenção para assumir uma pastoral decididamente missionária, numa atitude que, corajosa e profeticamente*, [Aparecida] chamou de conversão pastoral.¹⁷

⁷ Cf. *Documento de Aparecida*, op. cit., n. 370; DGAE 2011 n. 26.

Não podemos trocar desafios por urgências! E as Diretrizes admitem que as urgências elencadas nem sempre correspondam aos desafios reais (131). Vejamos, por exemplo, os cinco desafios que o presidente da CNBB, Dom Damasceno Assis, elencou recentemente, sem apelar às urgências das DGAE: pobreza (1), violência (2), fragilidade ética (3), responsabilidade ecológica (4), mudança de época (5).¹⁸ A urgência das DGAE 2011 aponta, como uma espécie de PAC (*Programa de Aceleração dos Católicos*) eclesial, apenas para a velocidade, não para o caminho. Pela falta de recursos e agentes de pastoral nas periferias das nossas grandes cidades, os ministros que restam se tornaram, muitas vezes, missionários e missionárias de Fórmula 1, sobrecarregados com tarefas e distâncias. Estão *na onda* da aceleração exigida pelo

¹⁸ Cf. R. D. ASSIS, *A Igreja no Brasil e os atuais desafios. Folha de S. Paulo*, 22.05.2011, p. A3.

mercado e agora pelas DGAE. A urgência que se aproxima aos programas de aceleração não representa um sinal profético de contradição nem um freio de emergência de um bonde desgovernado.

No conjunto das Diretrizes não falta uma cesta básica de desafios. O que falta é a devida priorização. Todos os desafios são subordinados à *mudança de época como o maior desafio a ser atualmente enfrentado* (27, cf. 26): educação na fé (40, 98), ambientes virtuais (59), mundo plural, globalizado, urbanizado e individualista (60), diversificação dos ministérios leigos, a vida dos abandonados, excluídos, ignorados em sua miséria e dor (66). As Diretrizes elencam ainda outros desafios, sempre subordinados à mudança de época: juventude (81), ecumenismo (82), diálogo interreligioso (83), missão *ad gentes* (84), testemunho de Cristo e dos valores do Reino (91), aproximação entre fé e razão (117).

Como já mencionamos, as urgências, que representam as partes centrais das DGAE (capítulo III e IV), são precedidas por uma reflexão cristológica, como ponto de partida (capítulo I), e por *Marcas de nosso tempo* (capítulo II). O capítulo V propõe a operacionalização dessas urgências nas Igrejas particulares através de *um processo de planejamento* e propõe ainda sete passos metodológicos, que as próprias DGAE nem sempre seguem como se pode observar no primeiro passo proposto:

Para desencadear processos, o melhor ponto de partida é sempre aquele onde nos encontramos. Trata-se de colocar os pés no chão. Se ignoramos a realidade, não evangelizamos. As boas respostas pastorais dependem da identificação das verdadeiras necessidades de evangelização. (127)

Aos sete passos metodológicos correspondem sete perguntas: Onde estamos (1)? Onde precisamos estar (2)? Quais são as urgências pastorais (3)? O que queremos alcançar (4)? Como vamos agir (5)? O que vamos fazer (6)? Como renovar as estruturas (7)? Infelizmente, as perguntas bem feitas não podem romper o círculo de giz eclesiocêntrico previamente estabelecido.

Como as DGAE estimulam a diversidade dos ministérios e das comunidades, apontam também para a *articulação das ações evangelizadoras, através da pastoral orgânica e de conjunto, para evitar o contratestemunho da divisão e a competição entre grupos* (104d). A Conclusão das Diretrizes adverte

para um *Compromisso de Unidade na Missão* e faz um *forte apelo à efetiva unidade* (139).

4. NAS ENTRELINHAS

As estruturas de um documento, seus títulos e subtítulos, satisfazem, às vezes, mais a critérios externos – critérios estéticos, geométricos, políticos ou táticos – do que a critérios sistemáticos, semânticos, pastorais ou espirituais. O que não pode ser dito na praça pública de São Pedro, atravessa as entrelinhas ou se manifesta sentado na calçada em cochicho com Dona Maria. Queria destacar três dessas palavras quase clandestinas, que não aparecem no Índice Analítico (aliás muito falho!) do documento e em nenhum entretítulo, mas que podem chamar a atenção do leitor. Elas permitem uma leitura mais profunda do que funcional das DGAE. Trata-se dos substantivos *alteridade* e *gratuidade*, que quase sempre estão juntos, um explicando o outro; e do adjetivo *profético*, que geralmente aparece em sua forma adverbial *profeticamente*. As três palavras são como três rios que se encontram na conversão pastoral almejada (cf. 26).

Na esteira de Aparecida, as DGAE desenvolvem um guia de espiritualidade para o discípulo missionário universal em torno dos substantivos *alteridade* e *gratuidade*. Aparecida nos lembrou que *na generosidade dos missionários se manifesta a generosidade de Deus, na gratuidade dos apóstolos aparece a gratuidade do Evangelho*.¹⁹ As DGAE 2011 continuam:

¹⁹ Cf. *Documento de Aparecida*, op. cit., n. 31.

As atitudes de alteridade e gratuidade marcam a vida do discípulo missionário de todos os tempos. Alteridade se refere ao outro, ao próximo, àquele que, em Jesus Cristo, é meu irmão ou minha irmã, mesmo estando do outro lado do planeta (8). As DGAE, quando falam do outro como irmão e do apostolado como graça, enfatizam, em determinados enxertos, a fonte cristológica: Gratuidade e alteridade são, portanto, modos de compreender o que há de mais decisivo em Jesus Cristo: a saída de si, rumo à humanidade [...] (12).

Depois segue um dos trechos mais bonitos das DGAE:

Jesus nos mostrou que não se vence o pecado pelo pecado (cf. Lc 11,14-22). Este é vencido pela graça [...]. A atuação da graça é paz, justiça, bondade, reconciliação, gratuidade e alteridade (cf. Gl 5,22). É, pois, motivado pela atitude de constante ida ao encontro do outro que o discípulo missionário contempla a re-

alidade, não desejando que ela se encaixe em suas expectativas, mas nela se encarnando, discernindo a presença do Reino de Deus e trabalhando para que ele cresça cada vez mais. (12)

Na acolhida do outro acolhemos Jesus e na acolhida de Jesus, que se fez Palavra do Pai, acolhemos o outro (cf. 50s). As diferenças nos convidam *ao respeito mútuo, ao encontro, ao diálogo, à partilha e ao intercâmbio de vida e à solidariedade* (ibd.). O intercâmbio da vida é prefigurado em Jesus e se resume nas palavras *doação, desprendimento e esvaziamento* (16). Por conseguinte,

todo relacionamento é [...] chamado a acontecer na gratuidade. À semelhança de Cristo Jesus que, saindo de si, foi ao encontro dos outros, nada esperando em troca (cf. Fl 2,5ss), também o discípulo missionário é chamado a profeticamente questionar, através de suas escolhas e atitudes, um mundo que se constrói a partir da mentalidade do lucro e do mercado, não esquecendo que tais atitudes geram violência, vingança, guerra e destruição (cf. Mt 6,24).

A gratuidade corta a raiz mais profunda da violência, da exclusão, da exploração e de toda discórdia (9). Ela é a *vitória sobre a ambição* (69). Num mundo dominado por lucro e mercado, por vingança e ressentimento, a acolhida gratuita do outro significa despojamento e perdão. São atitudes proféticas que fazem parte de um mundo novo, do outro mundo que é possível, do Reino de Deus no meio de nós (cf. 9s, 140).

Gratuidade e alteridade nos lembram o que já foi dito no documento *Evangelização e missão profética da Igreja* da 43^a Assembleia Geral, de 2005: *Evangelizar é uma ação eminentemente profética, anúncio de uma Boa Nova portadora de esperança. A profecia será, pois, a forma mais eficaz de anunciar a Boa Nova.*²⁰ Isso acontece, de uma maneira privilegiada, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), mas também em outras comunidades, inseridas no seio da sociedade (102). Na fidelidade a Jesus Cristo, na unidade comunitária e na coragem profética dos discípulos missionários, é possível assumir o outro na gratuidade, *discernindo os sinais dos tempos e os desafios específicos para a Evangelização* (140).

Aonde vais, Igreja? Não estamos indo por aí, sem rumo. Não confundimos o óbvio com o exótico. Temos rumo certo. *As reais urgências e os verdadeiros anseios do povo de Deus* revelam-se nas entrelinhas das DGAE: a Igreja profética, o

²⁰ http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_49412df1cb51a.pdf

reconhecimento da alteridade, a gratuidade da missão e a fidelidade a Jesus Cristo crucificado e ressuscitado no meio do povo. Aí se encontra a possibilidade de a Igreja no Brasil interromper a fuga e ser, o que há de ser: *expressão da encarnação do Reino de Deus no hoje de nossa história* (141).

5. LEITURA POSSÍVEL DAS DIRETRIZES E PROPOSTA DE OBJETIVO GERAL

Em nome de Jesus Cristo,
Palavra de Deus vivo enviada ao mundo,
a comunidade missionária assume profeticamente
a opção preferencial pelos pobres.
Ela vai ao encontro do outro (alteridade)
na doação radical e no perdão (gratuidade),
no desprendimento e no esvaziamento
de Jesus crucificado.
Na dialética da realidade social,
e na perspectiva do Reino,
a missão dos discípulos missionários
é, permanente e profeticamente,
um sinal de contradição.
Ela exige rupturas e costuras;
rupturas com a iniquidade social e o pecado
e costuras, como ponte, acolhimento e inculturação,
para superar a *ruptura entre o Evangelho e a cultura*.²¹
No mundo fugaz e acelerado, a missão não pisa no acelerador
de projetos desenvolvimentistas que desfavorecem os pobres,
mas puxa os freios de emergência.
Verdadeiramente urgentes são a dor e a fome,
a justiça, a caridade e a conversão.
No compromisso pelo Reino de Deus e sua Justiça,
em comunhão eclesial,
com responsabilidade pela criação
e na unidade do Espírito Santo,
o discípulo missionário se encontra
no canteiro de obras deste mundo,
como zelador vigilante pela vida,
como testemunha fiel
e sinal de esperança.

²¹ Cf. Paulo VI,
Evangelii Nuntiandi.
São Paulo: Paulinas,
204 [1976], n. 20.